



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2015/00133

Brasília, 29 de setembro de 2015.

Objetivo da reunião: Assuntos diversos do CGI

Horário e local: 10h30 - CJF

Assunto: Planejamento estratégico

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Erivaldo Ribeiro dos Santos	SECRETÁRIO GERAL	SG
Eva Maria Ferreira Barros	DIRETOR-GERAL	DG
Kelly Cristina Oliveira Costa	MAGISTRADO	JA-CG
Jesse Andros Pires de Castilho	SECRETÁRIO	SCI
Sheila Campello Farias Gibaile	SECRETÁRIO	SGP
César Augusto do Valle	SECRETÁRIO	SAD
Lucio Castelo Branco	SECRETÁRIO	SAE
Maria Virgínia Guimarães Corrêa	SECRETÁRIO	SCE
Cintia da Silveira Lima	ASSESSOR-CHEFE	ASCOM
Viviane da Costa Leite Bortolini	SECRETÁRIO	STU
Gustavo Bicalho Ferreira da Silva	SECRETÁRIO	SPO
Lúcio Melre da Silva	SECRETÁRIO	STI
William Santos	CHEFE DE GABINETE - SG	GAB - SG
Denise Guimarães Tângari	SECRETÁRIO	SCG
Silvana Conceição Dias Soares	SUBSECRETÁRIO	SUEST
Rodrigo Vasconcellos Chebli	ASSESSOR CHEFE	SG
Fábio Costa Oliveira	ASSESSOR	SG
Edimilson Cavalcante de Oliveira	SUBSECRETÁRIO	SEG



Assinado digitalmente por SILVANA CONCEICAO DIAS SOARES.
Documento Nº: 1475777-6860 - consulta à autenticidade em <https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>

Classif. documental | 00.04.00.01



CJFMRU201500133A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL



Leonardo Ferreira Oliveira	ASSESSOR	SEG
Cláudio Machado Pinto	ASSESSOR CHEFE	DG
Cleide Sousa de Oliveira	ASSESSORA	DG
Edna Lúcia da Silva Moura	ASSESSORA	SG
Roberta Bastos Cunha Nunes	ASSESSORA	DG
Marcelo Barros Marques	SUBSECRETÁRIO	SPO
Hayane Vilar Rezende Leal	TÉCNICO JUDICIÁRIO	SEG

Pauta

1. Gestores de Sistemas- papéis e responsabilidades/ Uso da rede wi-fi.

Após as boas-vindas do Secretário-Geral, Dr. Erivaldo, o Secretário de Tecnologia da Informação, Lucio Melre, fez uma explanação acerca da governança de tecnologia da informação, que não deve ser de responsabilidade apenas do dirigente de tecnologia da informação, mas de todos os gestores do órgão. Como exemplo, citou a elaboração do PDTI, que ocorreu de forma participativa. Ressaltou o papel do gestor de sistemas, definido pela Portaria n. 96/2000. Informou que as indicações precisam ser atualizadas, e que os sistemas SIGA-Doc e Malote digital são os que tem apresentado maiores problemas em relação à gestão. Com relação ao SIGA-DOC, o Dr. Erivaldo questionou se não seria o caso de avaliarmos o sistema SEI, uma vez que já está sendo utilizado por vários órgãos públicos. Foi esclarecido pelo Melre, que os dois sistemas são muito bons e apresentam funcionalidades muito semelhantes. Informou que o CJF elaborou um estudo no passado para decidir entre os sistemas SEI e SIGA-DOC, e a opção pelo SIGA-DOC se deu em virtude de sua compatibilidade com o PCTT e com a gestão documental. Ficou definido que o TRF4 será consultado sobre a integração do SEI com a Gestão documental. Sobre a gestão documental no CJF, ficou definido que as áreas envolvidas irão se reunir para definir as atribuições de sua competência. Para atualização das indicações dos gestores de sistemas, será elaborado memorando circular a ser respondido até sexta-feira, dia 2/10. Sobre o Rol de Culpados ficou definido que a Virgínia fará contato com o Dr. Walter Nunes obter maiores esclarecimentos sobre andamento do sistema.

2. Ferramenta de BI.

O Secretário de Tecnologia da Informação, Lucio Melre, informou que foi realizada uma prova de conceito da ferramenta Click View, com a participação do Controle Interno, SEG, Gestão de Pessoas e TI e que verificou-se que a ferramenta poderia atender no gerenciamento de informações do CJF. O Dr. Erivaldo comentou que viu uma apresentação do BI do TRF4 e que ficou impressionado positivamente. Sugeriu que seja agendada apresentação para o CGI. Informou que a SEG ficou de abrir um DOD para que se verifique qual a melhor alternativa para que o CJF tenha informações gerenciais relevantes, em tempo real. A dra Eva, Diretora-Geral, comentou que em 2005 o CJF adquiriu um BI e que não foi utilizado. Melre informou que as licenças dessa ferramenta não foram renovadas, e que não é mais possível utilizá-la. O Leonardo Oliveira, Assessor da SEG, comentou que existe o projeto estratégico Implantação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL



dos sistemas eletrônicos de gestão integrados - SEGI , e que estão agendadas reuniões com os diversos sistemas para levantamento de informações e que esta ação está vinculada a esta necessidade do CJF. A Dra. Eva comentou que um pré-requisito para um sistema de informações é a uniformização de dados e que seria conveniente consultar o COGETAB sobre o andamento da implantação das tabelas no âmbito da Justiça Federal. Dra. Virgínia informou que o trabalho do COGETAB está recomeçando e posteriormente será informado o andamento dessa implantação. O Dr. Erivaldo e a Dra. Kelly falaram para a Secretária do Centro de Estudos Judiciários que querem participar das próximas reuniões do COGETAB.

3. Propostas de ajustes nas iniciativas e metas do CJF e apresentação da Estratégia do CJF diagramada.

Foi solicitada pelos responsáveis alteração de duas iniciativas estratégicas, de acordo com o que segue: a iniciativa Realizar treinamento na instrução de processos administrativos e no Siga-Doc, cujo responsável é o Claudio Machado Pinto, passa a ser Elaborar manual de orientação para instrução de processos e a iniciativa Normatizar a gestão descentralizada do conteúdo do Portal, de responsabilidade da Juliana Batista passa a ser Implementar a gestão descentralizada do conteúdo do Portal. As duas alterações foram aprovadas pelo CGI. A Estratégia do CJF diagramada será enviada por email para o CGI.

4. Portal JF - Unificação dos portais JF e CJF/Gestão descentralizada.

A Cíntia Lima falou sobre a unificação dos portais CJF e JF, já deliberada pelo CGI. O novo Portal do CJF está em andamento e já foram realizadas reuniões com várias unidades e a previsão é que fique pronto no início de 2016. Sobre a gestão descentralizada do Portal, informou que a portaria para indicação dos responsáveis pelo conteúdo em cada unidade deve ser atualizada. Foi levantada a questão da uniformização dos portais dos TRFs e a necessidade de padronização de que serviços devem estar disponíveis no Portal, assim como a necessidade de facilidade de acesso aos usuários. Para tanto, a Cintia informou sobre o projeto estratégico Carta de Serviços, que tem como escopo a definição dos itens a serem padronizados e disponibilizados nos portais. Dra. Kelly demonstrou preocupação com a possível necessidade de o CJF ter que absorver demanda de atendimento telefônico/email/presencial, caso se opte por colocar link no portal do CJF que direcione o usuário à consulta processual ou outros serviços disponíveis em páginas dos TRFs.

5. Manual de atribuições do CJF.

O Edimilson Oliveira, Subsecretário de Modernização da Gestão, informou que a minuta do Manual de Atribuições foi entregue à SG e que a proposta recebeu nova denominação, passando a ser chamado de Manual da Organização, por ser mais completo e conter, além das atribuições e responsabilidades das unidades, informações sobre a organização. Foi proposto incluir nas atribuições das assessorias técnicas a responsabilidade pela atualização dos conteúdos das respectivas unidades nos portais e intranet. Dr. Erivaldo reconheceu a necessidade de se definir e reforçar o papel da Assessoria Judiciária, distinguindo suas atribuições da competência da Corregedoria, diante da existência de um juiz federal no cargo de Secretário-Geral. A medida visa romper a praxe atual de se remeter para a Corregedoria todos casos em que se tem dúvida quanto ao encaminhamento, seja ou não a matéria da competência da Corregedoria-Geral. Será realizada, também, reunião entre as áreas que tem interface com a gestão documental, para análise de como ficarão definidas as atribuições.

6. Rotina de encaminhamento dos expedientes do CJF (SG/DG).



Este assunto foi retirado de pauta.

7. Proposta de revisão do Regimento Interno do CJF.

Este assunto foi retirado de pauta.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL



Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista
1.1	Preparar ofício a ser enviado ao TRF4 para verificar a compatibilidade do SEI com a gestão documental.	SEG	02/10/2015
1.2	Elaborar memorando circular para atualização dos gestores de sistemas.	STI	30/09/2015
1.3	Enviar ao CGI a apresentação feita pela STI.	SEG	30/09/2015
2.1	Agendar apresentação do BI do TRF4 para o CGI.	SEG	26/10/2015
2.2	Abertura de DOD para verificar a melhor alternativa para que o CJF tenha um BI.	SEG	26/10/2015
3.1	Enviar a Estratégia do CJF diagramada ao CGI, por email.	SEG	09/09/2015
4.1	Elaborar memorando circular para atualização dos gerentes de conteúdo do Portal.	ASCOM	05/10/2015
5.1	Marcar reunião entre as áreas responsáveis pela gestão documental.	SEG	09/010/2015

SILVANA CONCEIÇÃO DIAS SOARES
SUBSECRETÁRIO
SEG - SUBSECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA



Assinado digitalmente por SILVANA CONCEIÇÃO DIAS SOARES.
Documento N°: 1475777-6860 - consulta à autenticidade em <https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>

